



Maceió, 28 de janeiro de 2026

Nº 805

#### **Administração Superior**

Defensor Público Geral: Fabrício Leão Souto  
Subdefensora Pública Geral: Thaís Cruz Moreira Pimenta  
Corregedora Geral: Norma Suely Negrão Santos  
Subcorregedora Geral: Luciana de Almeida Melo

#### **Conselho Superior da Defensoria Pública:**

Fabrício Leão Souto  
Presidente - Conselheiro Nato  
Thaís Cruz Moreira Pimenta  
Subdefensora Geral-Conselheira Nata  
Norma Suely Negrão Santos  
Corregedora Geral – Conselheira Nata  
Conselheiro Eleito: Ricardo Anízio Ferreira de Sá  
Conselheira Eleita: Daniela Times Ribeiro de Souza  
Conselheira Eleita: Roana do Nascimento Couto  
Conselheira Eleita: Daniela Damasceno da Silva Melo  
Conselheiro Eleito: Manoel Correia de Oliveira Andrade Neto

#### **Coordenadorias Regionais**

1ª Coordenadoria Regional – Metropolitana de Maceió  
Coordenadora: Hayanne Amalie Meira Liebig  
2ª Coordenadoria Regional – Metropolitana do Agreste  
Coordenador: André Chalub Lima  
3ª Coordenadoria Regional – Norte  
Coordenador: Manoel Correia de Oliveira Andrade Neto  
4ª Coordenadoria Regional – Vale do Paraíba e Mundaú  
Coordenador: Aloísio Moro Sarmento  
5ª Coordenadoria Regional – Sertão Alagoano  
Coordenadora: Andrea Carla Tonin  
6ª Coordenadoria Regional – Sul  
Coordenador: Gustavo Lopes Paes  
7ª Coordenadoria Regional – Bacia Leiteira  
Coordenador: Fábio Ricardo Albuquerque Lima

#### **Corpo Administrativo**

Chefe de Gabinete do Defensor Geral:  
Andresa Wanderley de Gusmão Barbosa  
Diretor Administrativo e Financeiro:  
Paulo Ricardo Silva Lima  
Diretor da Escola Superior:  
Ryldson Martins Ferreira  
Coordenador de Recursos Humanos:  
Sérgio Ricardo Silva do Nascimento  
Coordenadora Contábil:  
Renata Lima Taveiros de Mendonça  
Coordenador de Estágio e Convênios:  
Wagner de Almeida Pinto  
Gerente de TI:  
Kelsen Henrique Rolim dos Santos  
Gerente de Patrimônio:  
Thiago de Holanda Rosario  
Assessor de Planejamento e Orçamento:  
Jamerson dos Santos Gomes

#### **ATOS DO DEFENSOR-PÚBLICO GERAL**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DR. FABRÍCIO LEÃO SOUTO, EM 27 DE JANEIRO DE 2026, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

PROCESSO E:12070.0000000288/2026 INTERESSADO DAF ASSUNTO Comunicação: Institucional Despacho De acordo com a solicitação (SEI 37326809), autorizo a abertura do processo. Vão os autos à Diretoria Administrativa e Financeira para providências.

PROCESSO E:12070.0000000178/2026 INTERESSADO Fernanda Ferreira de Jesus ASSUNTO Pessoas: Diária Despacho Tendo em vista o despacho da Gerência Setorial de Planejamento e Orçamento confirmando a existência de dotação orçamentária, autorizo o pagamento. Vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças desta Instituição, para que sejam tomadas as medidas pertinentes para efetuar o pagamento. Lavre-se a portaria.

PROCESSO E:12070.0000000296/2026 INTERESSADO Gerência Contábil ASSUNTO Finanças: Pagamento Despacho Considerando o requerimento (SEI 37339061) autorizo a abertura do processo. Vão os autos à Gerência Setorial de Planejamento e Orçamento para manifestação acerca da existência de dotação orçamentária e, em seguida, ao Setor de Contabilidade e Finanças para efetuar o pagamento.

PROCESSO E:12070.0000000197/2026 INTERESSADO DAF ASSUNTO Pessoas: Férias Despacho Tendo em vista o despacho da Coordenadoria Setorial de Pessoal (SEI 37203841), autorizo a fruição de férias pelo interessado nos períodos de 19 a 28 de fevereiro de 2026 e 17 a 31 de março de 2026. Vão os autos à Coordenadoria Setorial de Pessoal para anotações e arquivamento.

PROCESSO E:12070.0000000266/2026 INTERESSADO DAF ASSUNTO Contratos e Convênios: Processo de Pagamento Despacho Tendo em vista a nota de empenho global (SEI 30075980), autorizo o pagamento. Vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças desta Instituição, para efetuar, de logo, o pagamento.

PROCESSO E:12070.0000000977/2025 INTERESSADO Assessoria de Administração e Finanças ASSUNTO Contratos e Convênios: Processo de Pagamento Despacho Tendo em vista que o processo encontra-se regularmente instruído, autorizo a liquidação e o pagamento do valor empenhado.

PROCESSO E:12070.0000000268/2026 INTERESSADO DAF ASSUNTO Contratos e Convênios: Processo de Pagamento Despacho Tendo em vista a nota de empenho global (SEI 37326204), autorizo o pagamento. Vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças desta Instituição, para efetuar, de logo, o pagamento.

PROCESSO E:12070.0000000273/2026 INTERESSADO DAF ASSUNTO Contratos e Convênios: Processo de Pagamento Despacho Tendo em vista a nota de empenho global (SEI 37324985), autorizo o pagamento. Vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças desta Instituição, para efetuar, de logo, o pagamento.

PROCESSO E:12070.00000003208/2025 INTERESSADO DAF ASSUNTO Demanda Externa: Órgãos Governamentais Estaduais Despacho Considerando o teor do Ofício nº 34328/2025 – BO nº 150115/2025, encaminhado pela Delegacia do 2º Distrito Policial – Jatiúca, bem como as informações prestadas pela Gerência de Tecnologia da Informação e pela Coordenadoria do Núcleo da Fazenda Pública, DETERMINO o encaminhamento do presente feito à autoridade policial solicitante para ciência. Após, arquivem-se os autos.

PROCESSO E:12070.00000002710/2025 INTERESSADO Gerência de Tecnologia da Informática ASSUNTO Contratos e Convênios: Acompanhamento da Execução Despacho Tendo em vista o Parecer Jurídico DPE/AL nº 016/2026 (SEI 37340782) que opina pela possibilidade de execução da ata de registro de preços DPE/AL nº 039/2025, autorizo a assinatura do contrato. Em seguida,



Maceió, 28 de janeiro de 2026

Nº 805

publique-se o extrato no Diário Oficial, enviando cópia integral do processo para o Tribunal de Contas de Alagoas.

PROCESSO E:12070.0000002711/2025 INTERESSADO Gerência de Tecnologia da Informática ASSUNTO Contratos e Convênios: Acompanhamento da Execução Despacho Tendo em vista o Parecer Jurídico DPE/AL nº 015/2026 (SEI 37340150) que opina pela possibilidade de execução da ata de registro de preços DPE/AL nº 018/2025, autorizo a assinatura do contrato. Em seguida, publique-se o extrato no Diário Oficial, enviando cópia integral do processo para o Tribunal de Contas de Alagoas.

PROCESSO E:12070.0000001604/2025 INTERESSADO DAF ASSUNTO Comunicação: Institucional Despacho Acolho as razões apresentadas e, considerando que o Pregão Eletrônico DPE/AL nº 90041/2025 transcorreu em conformidade com a legislação vigente, HOMOLOGO o certame, ADJUDICO o objeto à empresa vencedora e AUTORIZO a assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do processo. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Administração e Finanças para as providências subsequentes.

PROCESSO E:12070.0000000110/2026 INTERESSADO Erica Gessica Margela de Barros ASSUNTO Pessoas: Férias Despacho Tendo em vista o despacho da Coordenadoria Setorial de Pessoal (SEI 37348500), autorizo a fruição de férias pela interessada no período de 26 de janeiro a 14 de fevereiro de 2026. Vão os autos à Coordenadoria Setorial de Pessoal para anotações e arquivamento.

27 de janeiro de 2026.

**Andresa Wanderley de Gusmão Barbosa**  
Chefe de Gabinete  
(Responsável pela resenha)

#### **PORTARIA DPE Nº 015, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.**

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 12, I e IX, da Lei Complementar nº 29, de 1º de dezembro de 2011, e ainda no que consta no Processo nº **E:12070.0000000178/2026**, RESOLVE conceder em favor de FERNANDA FERREIRA DE JESUS, Agente de Apoio, matrícula nº 109-0, CPF/MF sob nº 090.451.334-31, RG nº 3297390-0 – SSP/AL, o pagamento de ½ (meia) diária referente ao deslocamento realizado no dia 20 de janeiro de 2026 ao Município de Rio Largo/AL, para prestação de serviços de assessoria de comunicação, totalizando o valor de R\$ 60,37 (sessenta reais e trinta e sete centavos), para cobrir despesas com alimentação, vinculadas ao programa de trabalho 03.122.0004.2001, ao Plano Interno 002246, natureza 3.3.90.14, à fonte de recursos 500, do Orçamento vigente.

**FABRÍCIO LEÃO SOUTO**  
Defensor Público-Geral do Estado

#### **PORTARIA DPE Nº 016, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.**

Cria o Prontuário Eletrônico Único (PEU) dos cidadãos-usuários da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, institui o Sistema SOLAR como sistema oficial para a atividade-fim e orienta a atuação institucional por parâmetros de governança a partir de dados.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições constitucionais previstas no art. 134 da Constituição da República, e legais previstas na Lei Complementar Federal nº 80/94 e na Lei Complementar Estadual nº 29/11;

CONSIDERANDO a primazia da cidadania e o dever institucional da Defensoria Pública de orientar sua atuação pela centralidade do cidadão-usuário, promovendo políticas, instrumentos e rotinas que assegurem atendimento seguro, qualificado, contínuo, eficiente e acessível;

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos de modernização, sustentabilidade, transparência, economicidade, simplificação, padronização e uniformização de procedimentos e rotinas;

CONSIDERANDO a importância de assegurar ao cidadão-usuário da Defensoria Pública do Estado de Alagoas a existência de prontuário eletrônico único, integrado, atualizado e permanentemente acessível, como instrumento essencial para a adequada gestão, organização e registro das informações relativas aos atendimentos jurídicos prestados pela Instituição;

CONSIDERANDO que a adoção de prontuário eletrônico único fortalece a segurança e a confiabilidade das informações, assegura a continuidade da assistência jurídica, facilita a atuação coordenada das equipes, inclusive em hipóteses de substituição ou afastamento, e qualifica o acompanhamento histórico dos atendimentos, contribuindo para a organização e a consistência da atuação institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar a Defensoria Pública de sistema eletrônico integrado entre seus membros, com capacidade de interoperabilidade com os demais sistemas da Justiça;

CONSIDERANDO as obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados e o dever institucional de assegurar o tratamento, o registro e o armazenamento adequados dos dados relativos aos atendimentos jurídicos, em conformidade com as normas de proteção de dados pessoais e de segurança da informação;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de sistema finalístico padrão para o gerenciamento e o registro das informações de atendimentos, de modo a assegurar atuação institucional responsável, compatível com a proteção da privacidade, a segurança da informação, a adequada gestão de dados e a produção de informações gerenciais;

CONSIDERANDO o elevado número de pessoas atendidas pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a necessidade de assegurar soluções que promovam maior segurança, confiabilidade, organização e acesso às informações, com incremento de produtividade, celeridade, economicidade e eficiência na atuação institucional;

CONSIDERANDO a relevância da sistematização dos dados e de sua utilização para fins de controle, planejamento, produção de indicadores e demonstração de resultados institucionais;

CONSIDERANDO a importância da governança a partir de dados no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, como instrumento de apoio à gestão, ao planejamento e à tomada de decisões institucionais;

CONSIDERANDO o advento da Lei Complementar nº 69/25, especialmente seu art. 1º, II, e a previsão do art. 107, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 29/11;

CONSIDERANDO o conteúdo do Processo Administrativo nº E:12070.0000002730/2025, que trata da adesão, implantação e uso do Sistema SOLAR;

Art. 1º Fica instituído o Prontuário Eletrônico Único (PEU) dos cidadãos-usuários da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.



Maceió, 28 de janeiro de 2026

Nº 805

§ 1º O Prontuário Eletrônico Único (PEU) constitui o instrumento oficial para o registro, a organização e a gestão das informações relativas aos atendimentos jurídicos, assegurando a continuidade da assistência, a preservação da memória institucional e o acesso qualificado às informações necessárias à tutela de direitos.

§ 2º O Prontuário Eletrônico Único (PEU) será implementado e operacionalizado por meio da Solução Avançada de Atendimento de Referência da Defensoria Pública – SOLAR, instituída como sistema finalístico oficial da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.

§ 3º O Sistema SOLAR é de utilização obrigatória para:  
I – o cadastro de usuários do serviço;  
II – o processamento e o registro de informações;  
III – a prática de atos relacionados aos atendimentos e às atividades judiciais e extrajudiciais;  
IV – o controle e a sistematização de dados;  
V – a geração de relatórios e informações gerenciais.

§ 4º Nos termos do art. 107, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 29/11, o uso do Sistema SOLAR é obrigatório para os Defensores Públicos, bem como para todos aqueles que compõem suas equipes de apoio, independentemente do vínculo, desde que atuem na atividade-fim da Defensoria Pública, compreendendo, entre outros, colaboradores, membros, servidores, estagiários, voluntários, cedidos, conveniados e terceirizados, observadas as regras de implantação, transição e as normas e orientações complementares.

§ 5º A utilização do Sistema SOLAR, para fins de operacionalização do Prontuário Eletrônico Único (PEU), abrange:  
I – o atendimento inicial e a triagem;  
II – o atendimento em continuidade ou acompanhamento;  
III – os plantões e o atendimento móvel;  
IV – o registro de informações, documentos, arquivos digitais e providências relevantes;  
V – os demais elementos necessários à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à tutela dos direitos dos cidadãos-usuários da Defensoria Pública.

Art. 2º Enquanto o Sistema SOLAR não estiver integralmente implantado em todas as unidades da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, fica excepcionalmente autorizado, em caráter estritamente transitório, o uso concomitante dos sistemas atualmente utilizados, exclusivamente para assegurar a continuidade do serviço público.

Art. 3º Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação:

I – coordenar a implantação e a implementação da Solução Avançada de Atendimento de Referência da Defensoria Pública – SOLAR;

II – prestar suporte técnico necessário ao funcionamento do Sistema SOLAR;

III – promover e apoiar ações de capacitação e aperfeiçoamento relativas ao uso do Sistema SOLAR;

IV – elaborar e encaminhar, mensalmente, relatório gerencial padronizado de utilização do Sistema SOLAR pelos membros da Defensoria Pública e respectivas equipes de apoio, contendo informações consolidadas sobre o seu uso no âmbito da atividade-fim, ao Defensor Público-Geral e à Corregedora-Geral da Defensoria Pública;

V – instituir, no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação, canal institucional de escuta qualificada, destinado ao recebimento, à sistematização e

à consolidação das sugestões, propostas de melhoria e de aprimoramento do Sistema SOLAR apresentadas pelos membros da Defensoria Pública, promovendo sua avaliação técnica e o encaminhamento consolidado ao Defensor Público-Geral, para fins de análise e deliberação quanto à sua implementação.

§ 1º O canal institucional de escuta qualificada de que trata o inciso V terá natureza eletrônica e caráter permanente, permitindo o envio contínuo de sugestões e propostas de aprimoramento do Sistema SOLAR a qualquer tempo pelos membros da Defensoria Pública.

§ 2º As sugestões e propostas recebidas na forma do inciso V serão consolidadas semestralmente pela Diretoria de Tecnologia da Informação e encaminhadas ao Defensor Público-Geral até o último dia útil dos meses de maio e de novembro, acompanhadas de avaliação técnica, para fins de apreciação e deliberação.

§ 3º O processo de consolidação semestral das sugestões e propostas de melhoria e aprimoramento do Sistema SOLAR observará os seguintes princípios:

I – escuta qualificada, entendida como a coleta estruturada, contínua e institucional das contribuições apresentadas pelos membros da Defensoria Pública;

II – transparência do processo, mediante ampla divulgação dos prazos, critérios e etapas relacionadas à consolidação periódica das propostas;

III – ampla participação institucional, de modo a estimular o engajamento dos membros da Defensoria Pública na construção e no aperfeiçoamento do Sistema SOLAR;

IV – construção coletiva, visando à consolidação periódica das contribuições recebidas e à orientação da evolução contínua do sistema, de forma aderente às necessidades do serviço público e ao uso cotidiano das equipes.

§ 4º Para os fins previstos no § 3º, a Diretoria de Tecnologia da Informação deverá elaborar minuta de edital de convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias das datas previstas para a consolidação semestral, submetê-la à aprovação do Defensor Público-Geral e, após aprovada, promover sua publicação, certificando os membros da Defensoria Pública acerca da data de encerramento do período de recebimento das sugestões e propostas.

Art. 4º São de responsabilidade dos usuários e usuárias do Sistema SOLAR:

I – a guarda e o sigilo de seu login e senha de acesso;

II – a veracidade, a exatidão e a atualização das informações inseridas no sistema;

III – a preservação do sigilo das informações e documentos inseridos, bem como sua utilização exclusivamente para os fins relacionados ao exercício das atividades institucionais, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no art. 3º, caput, do Decreto estadual nº 26.451/2021.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no inciso III deste artigo por membros, servidores(as) e demais agentes responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Alagoas poderá ensejar a responsabilização prevista no art. 42 da Lei federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º Compete à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, no âmbito de suas atribuições legais, acompanhar e fiscalizar o regular



Maceió, 28 de janeiro de 2026

Nº 805

uso do Sistema SOLAR, bem como expedir recomendações destinadas a assegurar o cumprimento do disposto no art. 107, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 29/11, visando à regularidade e à continuidade da utilização do sistema no âmbito da atividade-fim.

Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Defensor Público-Geral.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor no dia 02 de fevereiro de 2026.

Maceió/AL, 28 de janeiro de 2026.

**FABRÍCIO LEÃO SOUTO**  
Defensor Público-Geral do Estado

#### COORDENAÇÃO DE CONVÊNIO E ESTÁGIO

#### RESPOSTA AO PEDIDO DE CANDIDATO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE PROVA DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO/AL

A comissão examinadora do processo seletivo nº E:12070.0000000180/2026, para a formação de cadastro de reserva para estágio em Direito na unidade da Defensoria Pública situada em SÃO SEBASTIÃO, por meio dos Defensores Públicos subscritos, vem, respeitosamente, apresentar manifestação à impugnação ao edital realizada pelo Sr. Warley Flávio Dantas Bezerra de Oliveira Leite, nos seguintes termos.

**1 - O candidato apresentou impugnação ao item 3.3, afirmando que o dia da realização da prova será dia útil e não em final de semana.**

Considerando que não existe regra objetiva expressa sobre o tema, seja de ordem constitucional ou legal, a alegação de que afronta os princípios da razoabilidade e da ampla competitividade, não supera a regra de concursos públicos que é a vinculação ao instrumento editalício.

Registre-se que a prova de seleção de estágio **pode ser aplicada em um dia normal (útil) e a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008)** não proíbe a realização de processos seletivos, entrevistas ou provas durante a semana, acrescentando, ao final, que estamos em período de férias das atividades acadêmicas, que pudesse causar dano nas atividades normais curriculares.

Portanto, a comissão deixa de acolher a impugnação apresentada.

**2 - O candidato impugnou, também, o item 4 do edital, sob a justificativa de que não informa com clareza a quantidade de questões e se serão objetivas ou subjetivas.**

Quanto ao número de questões, o item 4.1 indica que “A prova terá pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo que cada questão valerá 5 (cinco) pontos”. Logo, está cristalino que serão 2 (duas) questões.

Por fim, no que tange à natureza da avaliação se a prova será objetiva ou discursiva, a interpretação do edital deve ser pautada pelos **princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e cotejado com os demais dispositivos do próprio edital**. Uma prova

objetiva com apenas duas questões jamais se mostraria adequado e proporcional, pois não permite aferir com a profundidade necessária o conhecimento jurídico do candidato e a amplitude do conteúdo disposto no edital.

Diante do exposto, a comissão examinadora decide:

a) **INDEFERIR** a impugnação, mantendo-se o cronograma original do edital.

b) **RECEBER** a impugnação **consulta**, em respeito aos princípios da publicidade e da segurança jurídica, **ESCLARECER** que a prova será, por óbvio, **DISCURSIVA**. A definição se baseia nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que um formato com apenas duas questões objetivas seria incompatível com a necessidade de uma avaliação aprofundada e isonômica dos conhecimentos dos candidatos.

Esta decisão será publicada para garantir a ampla ciência de todos os inscritos.

São Sebastião, Estado de Alagoas, 27 de janeiro de 2026.

**Marcos Antônio da Silva Freire**  
Membro da Comissão

**Wagner de Almeida Pinto**  
Presidente da Comissão da seleção

#### RESULTADO DEFINITIVO DA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EM DIREITO - IGACI

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL e a COMISSÃO EXAMINADORA do processo seletivo de estagiários, instituída pelo Edital nº 46/2025 através do processo E:12070.0000002818/2025, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no referido edital, RESOLVEM:

1. Tornar público o resultado definitivo da seleção de estagiários do Curso de Direito para a formação de cadastro de reserva para estágio na Defensoria Pública em **Igaci-AL**, conforme a tabela em ordem de classificação abaixo, contendo, respectivamente, o nome do candidato e nota atribuída à prova escrita.

#### LISTA GERAL:

Classific ação	Nome	Nota
1	Raiane da Silva Tenório	9.94
2	Lavínia Hillary Barbosa Correia	8.93
3	Maria Eduarda Luz Tenório	8.55
4	Emanuelle Marques da Silva	8.49
5	Eduardo Henrique Torres Moura	8.44
6	Silmara Lisandra da Silva Figueirôa	8.35*





Maceió, 28 de janeiro de 2026

Nº 805

7	Jailane Bezerra da Silva	8.35*
8	Ana Sofia Tavares Lima da Silva	8.34
9	Anielle da Silva Leite	8.32
10	Warley Flávio Dantas Bezerra de Oliveira Leite	8.16
11	Mickaelly Alita Ferreira Magalhães	8.04
12	Luis Alberto Leal De Albuquerque Pereira	7.37

\*Observação: Desempate conforme o item 4, tópico 4.4 do edital 46/2025 para a nota: 8.35.

**LISTA DE CANDIDATO (S) PORTADOR(ES) DE DEFICIÊNCIA:**

Classificação	Nome	Nota
1	Jailane Bezerra da Silva	8.35

2. Homologar o resultado final, considerando que o processo seletivo transcorreu normalmente e de acordo com os mandamentos legais e regulamentares.

Maceió, 27 de janeiro de 2026.

**Wagner de Almeida Pinto**  
Coordenador de Estágio  
Defensor Público do Estado de Alagoas

**Fábio Ricardo Albuquerque de Lima**  
Defensor Público do Estado de Alagoas  
Membro da Comissão